



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 558496 - SP (2020/0016052-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : LEONARDO RODRIGO ALVES DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEONARDO RODRIGO ALVES DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO QUE INDEFERE LIMINAR EM OUTRO *WRIT*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO DA IMPETRAÇÃO NO TRIBUNAL LOCAL. PERDA DO OBJETO.

Habeas corpus prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em causa própria por **Leonardo Rodrigo Alves da Silva**, apontando-se como autoridade coatora o Desembargador Relator do Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 0002669-31.2020.8.26.0000).

Os autos foram a mim enviados por prevenção do HC n. 518.250/SP, impetrado em favor do paciente, no qual a ordem foi denegada pela Sexta Turma desta Corte Superior de Justiça em 1º/10/2019.

As informações foram prestadas às fls. 26/38.

A Defensoria Pública se manifestou às fls. 49/50.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem às fls. 54/56.

Pois bem. Ao que se tem, o presente *writ* foi impetrado contra a decisão do Desembargador Relator da Corte local, que indeferiu a medida liminar no *habeas corpus* originário em 22/1/2020 (fls. 34/35).

Todavia, verificou-se que submetido a julgamento o prévio *writ* e denegada a ordem de *habeas corpus* na data de 20/2/2020, impõe-se o reconhecimento da prejudicialidade desta impetração.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte Superior, na esteira do preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Pretório Excelso, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada perante os Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

No entanto, segundo as informações colhidas no portal eletrônico do

Tribunal estadual, o mérito do *writ* originário foi apreciado na data de 20/2/2020, tendo a ordem sido denegada, ou seja, posteriormente à presente impetração.

Ocorre que a superveniência do julgamento do mérito do *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem prejudica o *writ* aqui ajuizado, no qual é impugnada decisão monocrática que indeferiu o pedido de liminar (HC n. 379.917/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 5/4/2017).

No mesmo sentido: AgRg no HC n. 287.171/ES, Ministro Ericson Maranhão, Desembargador Convocado do TJ/SP, Sexta Turma, DJe 12/12/2014.

De qualquer maneira, o primitivo decreto de prisão, já analisado pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça no HC n. 518.250/SP, e a sentença condenatória não revelavam nenhuma ilegalidade aparente, uma vez que baseados em fator real de cautelaridade, ante as circunstâncias do crime, a quantidade de drogas apreendidas, bem como o risco de reiteração delitiva (fls. 26/33).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus* (art. 34, XVIII, a, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator